

# CESP - CENTRAL DAS ENTIDADES DE SERVIDORES PÚBLICOS

## Lilian Olivia Aparecida Fernandes

Primeiramente, me apresentar: meu nome é Lílian Fernandes, sou presidente da CESP Central, que é a central das entidades dos servidores públicos do Brasil. Bom, primeiramente, cumprimentar todos os representantes das centrais sindicais, a diretora técnica Adriana, que nos atende lá em Brasília. Também cumprimentar a Mariel, que nos ajuda muito também em Brasília.

E não poderia esquecer da Andrea, que é do meu estado, do Mato Grosso do Sul, que é a nossa técnica lá do Mato Grosso do Sul. Cumprimentar também o Fausto, é um prazer revê-lo. E cumprimentar todos os presentes.

Parabenizar os 70 anos do DIEESE, que com certeza é um instrumento que nos auxilia muito com subsídios e orientações para que a gente organize o movimento sindical, porque é isso que uma central faz: ela organiza. Eu gostaria de trazer um pouco, fazer o recorte, e também agradecer à Mariel, que me ajudou nisso, para o serviço público, do tema que a gente vai discutir agora na mesa, que é “desafios para valorização da renda do trabalho no Brasil”. E vou apresentar para vocês — eu fiz por tópicos, porque a gente tem um tempo que precisa respeitar aqui — e depois, se alguém tiver alguma dúvida nos questionamentos, a gente pode ampliar a discussão.

Apresentar para vocês dados dos servidores no Brasil. Dizer para vocês que, atualmente, os servidores públicos ocupam um décimo dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, sendo 12 milhões. Dizer para vocês que há grande disparidade de remuneração entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e nas esferas municipal, estadual e federal.

Então, é um grande desafio trabalhar para corrigir essa distorção salarial que existe dentro dos poderes e dentro das esferas municipal, estadual e federal, porque a gente tem hoje mapeado que os servidores municipais têm as menores rendas. São 5.572 municípios com servidores municipais, e a gente sabe que, hoje, o servidor municipal é o que tem a menor renda, seguido pelo servidor estadual, que relativamente tem uma renda maior que o servidor municipal, mas ainda muito aquém da dos servidores federais, que têm uma renda melhor.

E, mesmo assim, é importante destacar para vocês que, dentro da esfera federal, existe distorção entre as carreiras, onde algumas carreiras recebem um salário e outras carreiras recebem outro. E há também a questão dos benefícios: uma carreira tem vale-alimentação em um valor, outra tem em outro. E o desafio da central, nesse momento, é tentar corrigir essas distorções salariais,

colocando todo mundo no mesmo nível, pelo menos nesses benefícios.

Também temos, no serviço público, grandes disparidades de gênero na remuneração dos servidores públicos, com as mulheres recebendo remuneração inferior à dos homens em todas as esferas e em todos os poderes.

“Ah, mas como acontece isso, Lílian? Como você vai explicar? Porque, se é todo mundo concursado, o salário é igual.” Então, essa diferença ocorre, no caso, nos cargos de chefia, porque a gente sabe que a maioria dos cargos de chefia, ainda mais quando são cargos políticos, é concedida aos homens. Infelizmente, ainda que em uma secretaria de Educação, por exemplo, 85% sejam mulheres professoras, ainda se tem muito superintendente, diretor e presidente homens.

Então, isso soma na remuneração, e a gente entende que, na somatória da remuneração, acaba, sim, fazendo com que os homens ainda tenham, no serviço público, uma remuneração melhor que a das mulheres.

Os desafios ainda são grandes para os trabalhadores do setor público, no sentido de valorizar os servidores nas condições de trabalho, porque não é só salário, mas também condições de trabalho e renda adequada. E eu vou colocar para vocês aqui alguns desafios que nós, como representantes das centrais sindicais — aproveito para cumprimentar aqui os diretores da CESP que estão ali sentados, obrigada.

Regulamentação da negociação coletiva para os servidores, para diminuir essas desigualdades. A gente sabe que os servidores públicos não têm direito à negociação coletiva. Então, quando o prefeito senta para negociar, ou um governador, ele senta com muita luta, porque tem uns que nem sentam. Realmente, nós temos prefeitos que desconsideram os sindicatos municipais, e eles têm um trabalho muito forte, que é a marcha dos prefeitos em Brasília. Então, sentar para negociar é difícil para os servidores, principalmente os municipais.

Então, a regulamentação da Convenção 151 da OIT é a grande esperança para que a gente consiga colocar normas e para que realmente o prefeito tenha essa obrigação de sentar pelo menos uma vez por ano com o sindicato que representa os servidores municipais, para poder avançar nessa diminuição das desigualdades.

Dizer para vocês que ainda temos muitos prefeitos que não cumprem — e isso acaba acarretando no não aumento da renda dos servidores — o pagamento de insalubridade, adicional noturno, periculosidade, hora extra, incentivo e outras indenizações, o que acaba achatando o salário dos servidores.

Outra questão: também não podemos deixar de falar para vocês do superendividamento dos servidores públicos, que também acaba diminuindo a renda dos servidores. O servidor é refém dos bancos. Vocês acabaram de ver o Banco Master, que oferece empréstimo consignado, e o servidor, precisando

de dinheiro, vai, renegocia, e, quando vai receber o salário, não tem salário. Então, o superendividamento é uma preocupação.

Inclusive, no Mato Grosso do Sul — e estamos fazendo isso também em outros municípios da Bahia — nós já estamos pedindo a suspensão do desconto do Banco Master dos servidores públicos, até porque eles lesaram os RPPS, o que vai gerar um problema com o dinheiro que foi aplicado lá. Então, o superendividamento acaba achatando os salários.

E também o confisco da aposentadoria dos servidores públicos após a Emenda 103, porque os servidores não contribuía e passaram a ter que contribuir com 11% ou 14%.

Antes, a contribuição era acima do teto do INSS; hoje, todos os servidores contribuem.

Encerrando a fala, o último e mais importante enfrentamento que nós estamos fazendo agora é contra a reforma administrativa, PEC 38.

Obrigada.